



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682393 - SP (2021/0232613-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JORGE LUIS ROSA DE MELO
ADVOGADO : JORGE LUIS ROSA DE MELO - SP324592
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICHARD RAFAEL ROSA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de RICHARD RAFAEL ROSA SILVA em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução Penal n. 0007061-96.2021.8.26.0996).

O paciente cumpre pena de 6 anos, 6 meses e 12 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e de 15 dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal. Instaurado procedimento administrativo disciplinar, foi reconhecida a prática de falta de natureza grave, determinando-se a perda de 1/3 dos dias remidos e a interrupção do cálculo de penas para fins de progressão de regime.

Interposto agravo em execução penal, o Tribunal de origem negou provimento ao reclamo defensivo.

Sustenta o impetrante a fragilidade das provas da prática do ato irregular e, ainda que assim o fosse, não configuraria falta grave, mas sim de natureza média, nos termos do art. 45, inciso I, do Regimento Interno das Unidades Prisionais.

Questiona, ainda, o prazo de 1 ano para a reabilitação, entendendo ser exorbitante.

Requer, liminarmente e no mérito, a absolvição do paciente ou a desclassificação da falta disciplinar para de natureza média.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência